

Fazenda corta gastos e pessoal

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O ministro interino da Fazenda, Pedro Parente, anunciou ontem cortes de pessoal e custeio em seu próprio Ministério que devem garantir uma economia de R\$ 225 milhões no ano que vem. “Todos os órgãos do governo deveriam propor medidas desta natureza”, sugeriu Parente aos colegas de Esplanada. Nas medidas de ontem, há extinção de delegacias regionais e, conseqüentemente, o remanejamento de 1.100 servidores para órgãos prioritários como a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional. “Precisamos arrecadar mais”, disse.

O próprio Parente, porém, informou que a maior parte destes servidores é composta de motoristas, secretárias e outros funcionários de nível médio que não estão aptos a participar das atividades-fim destes órgãos. “Se não houver vagas nestes órgãos, eles serão remanejados para outros setores do governo”, informou. O secretário-executivo adjunto do Ministério, Cincinato Rodrigues, garantiu, contudo, que há necessidade de pessoal de apoio para as atividades-fim.

Desativação— Até o fim de novembro, deverão estar extintas 12 das 24 delegacias regionais de administração do Ministério da Fazenda, 12 das 23 delegacias regionais da Secretaria Federal de Controle e 12 das 21 delegacias regionais da Secretaria do Patrimônio da União. Em alguns estados, as delegacias extintas serão transformadas em pequenas representações com alguns técnicos para manter as atividades de auditoria, vistoria e avaliação, no caso das duas últimas secretarias.

Com a desativação de parte da estrutura atual, serão economizados gastos com 400 cargos comissionados e funções gratificadas. A maior parte desses funcionários será remanejada. Cerca de 25 são funcionários já aposentados, que não serão aproveitados. Também há corte nos gastos com o custeio desta máquina como pagamento de aluguéis e manutenção de equipamentos. Cerca de 230 microcomputadores serão transportados para outros locais. **Serpro**— Parente também decidiu cortar em 10% a folha de pagamentos de sua empresa de processamento de dados, o Serpro. O corte será de R\$ 3,4 milhões mensais e deverá ser estimulado por um novo Programa de Demissões Voluntárias (PDV). O Serpro já passou por dois PDV's. Também serão cortadas despesas de custeio e de investimento da empresa num total de R\$ 52 milhões no ano que vem. O ministro determinou que, num futuro próximo, o Serpro atenda apenas o Ministério da Fazenda e o Ministério da Administração e Reforma do Estado. Segundo Parente, os preços dos serviços do Serpro não são competitivos.

Outro órgão do Ministério, a Casa da Moeda, terá que economizar R\$ 30 milhões em 1999 para se ajustar ao processo de redução de serviços pela qual vem passando.